

AMÉRICA LATINA NA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Oswaldo Coggiola^()*

Resumo: a América Latina sente os efeitos da crise econômica mundial, depois de um período em que o fortalecimento e integração de suas economias foram proclamados como o *leit motiv* de suas políticas governamentais. Os efeitos da crise não evidenciam só problemas conjunturais, mas questões estruturais da sua formação econômica. O destino das experiências nacionalistas, inclusive “radicais”, do período recente se joga nos desdobramentos continentais da crise mundial.

Palavras-chave: Crise Econômica, Nacionalismo, Integração, América Latina e Crise Financeira Mundial.

Abstract: Latin America is suffering the consequences of the world economic crisis, after a period in which the economic integration was the governmental's political axis. Beyond the immediate effects of this crisis, structural problems of its economic formation arise from them. The destiny of the nationalist or “radical” political experiences of the last years are at a glance in the regional issues of this world process.

Keywords: Economic Crisis, Nationalism, Integration, Latin America and the World Financial Crisis.

(*) Professor Titular de História Contemporânea do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e membro da CPG do PROLAM-USP. *E-mail:* coggiola@usp.br. Recebido em 27.8.09 e aceito em 30.10.09.

Depois de um (breve) período de ilusões no “desacople” (*decoupling*) da sua economia da crise econômica mundial, a América Latina começou a sentir diretamente os seus efeitos nessa crise, na redução de suas exportações, que diminuíram os saldos favoráveis da balança comercial, e também pelas restrições de crédito, vinculadas ao *credit crunch* internacional. Em 2008, houve ainda uma forte expansão: Argentina (7%), Brasil (5,2%), Chile (3,2%), Equador (6,52%), México (1,3%), Peru (9,8%) e Venezuela (3,2%) tiveram desempenho positivo. No terceiro trimestre de 2008, a crise do *subprime* dos EUA virou abertamente uma crise financeira internacional de grandes proporções⁽¹⁾.

Em decorrência, no primeiro trimestre de 2009, na América Latina, o PIB da região caiu 3%, com destaque para a brutal queda do México: 9,31%. A recessão começou “oficialmente” no quarto trimestre de 2008. Ainda em dezembro de 2008, a CEPAL previa para 2009 um crescimento de 1,9% para o continente, mas em abril de 2009 já estimou uma contração de -0,3% (em junho elevou-a para -1,7%). Durante o quarto trimestre de 2008, México, Brasil, Argentina e Chile registraram quedas anualizadas do PIB de -10,3%, -13,6%, -8,3%, e -1,2%, respectivamente. No primeiro trimestre de 2009, México registrou uma queda anualizada sem precedentes, -21,5%.

Nas últimas décadas, a América Latina conheceu um desempenho econômico convulsivo, expresso em quedas e altas abruptas do seu crescimento, o que punha em evidência economias com baixo grau de autonomia (financeira, industrial e comercial), altamente dependentes, portanto, das inflexões do mercado mundial. O PIB latino-americano teve uma alta de 5,6% na década de 1970, de 1,3% na de 1980 (com um retrocesso de -0,8% no PIB *per capita*), de 3,2% na década de 90, de 1,3% entre 1998 e 2002 (com um novo retrocesso do PIB *per capita*) e de 5,1% entre 2002 e 2005, numa conjuntura expansiva do comércio internacional.

O início da crise mundial multiplicara as declarações otimistas dos governos: a América Latina encararia a crise mundial com mais de 75% do PIB regional com classificações de risco de crédito dentro do “grau de investimento”, algo nunca ocorrido no passado. Em 2008, a região apresentava solvência, com 70% de sua dívida coberta por reservas internacionais — patamar bem acima dos índices verificados no Leste Europeu, por exemplo. Durante o período 2003-2007, a América Latina recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros, superior a US\$ 300 bilhões. Suas multinacionais lançaram-se a outros mercados comprando importantes ativos, inclusive em países desenvolvidos. O PIB da região cresceu numa média de 5% anual entre 2003 e 2008, com um incremento médio superior a 3% no produto *per capita*.

Um fator alardeado foi a redução drástica das dívidas denominadas em dólares. Mas isto ocultou a natureza real do processo econômico, embutida na valorização monetária propiciada pela “estabilização”. A dívida externa foi “zerada”, a partir do fato de que as reservas internacionais do país — o total de moeda estrangeira conversível, aceita no

(1) A crise, na verdade, era global desde seu início, porque a “bolha” imobiliária não foi apenas norte-americana, mas internacional; a especulação nas Bolsas de Valores incluiu também bancos e intermediários financeiros europeus e asiáticos; o mundo está mais “integrado” do que nunca, pela via do comércio exterior e dos fluxos financeiros; finalmente, porque na “arquitetura” financeira mundial os EUA atuam como “compradores de última instância” mediante o financiamento de seus “déficits gêmeos” (fiscal e do balanço de pagamentos) através da captação da poupança externa.

mercado internacional — superaram o montante da dívida externa, pública e privada, o que criou a ilusão da superação da dependência financeira externa. Mas o endividamento assumiu outras características.

O endividamento em condições de abertura à livre movimentação cambial de empresas estrangeiras e nacionais não podia, porém, ser aferido apenas pela dívida externa formal, em títulos e contratos do governo e de empresas privadas. A dívida real, passível de ser saldada em moeda conversível, devia ser avaliada em conjunto com a situação da dívida interna em títulos públicos, a dívida mobiliária federal, por ser viável a troca de títulos da dívida externa por papéis da dívida pública. Um título público brasileiro, por exemplo, oferece 7,5% de interesse por cima da inflação, o mesmo título do Japão paga somente 1%.⁽²⁾

A queda do emprego no continente, no primeiro trimestre de 2009, atingiu um milhão de vagas, calculando-se uma perda total de até quatro milhões até o final do ano. O México sofre especialmente a crise (embora com desemprego ainda baixo, pelos padrões regionais), sobretudo nos setores que “puxaram” seu crescimento no período recente, especialmente o setor automotivo, que emprega, direta ou indiretamente, quase 600 mil trabalhadores. As exportações mexicanas de veículos caíram nada menos que 57% já em 2008, a GM de Guanajuato deixou em *paro técnico* 10 mil funcionários, e 6.600 em outras três fábricas. Volkswagen demitiu 900 trabalhadores, Delphi (fabricante de autopartes), 1.700.⁽³⁾ A 1º de abril de 2009, o governo mexicano anunciou ter recebido do Fundo Monetário Internacional (FMI) uma linha de crédito preventivo (dentro da recém criada FCL, Linha Flexível de Crédito) de 47 bilhões de dólares, para socorrer as empresas (outro país latino-americano que usou essa linha foi a Colômbia, com US\$ 10,5 bilhões).

Os sucessos econômicos da última década, quando, segundo os *experts* da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a América Latina viveu “uma grande festa macroeconômica”, foram relativos. Houve altas taxas de crescimento, inflação reduzida aos menores patamares históricos e orçamentos equilibrados ou até com superávits. Ao mesmo tempo, 40 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza

(2) Houve uma expressiva formação de reservas internacionais pelo Brasil, em decorrência dos saldos comerciais obtidos pela alta de preços — puxada pelo crescimento da demanda mundial de *commodities* — de produtos com forte peso nas exportações, e também pelo fato de a taxa básica de juros brasileira — base da remuneração dos títulos públicos — ser muito elevada. Isto fez com que houvesse interesse dos investidores externos em negócios com os papéis da dívida pública brasileira: tornou-se excelente negócio — para grandes investidores — captar recursos no exterior, a taxas mais baixas, e aplicar esses recursos, a taxas mais elevadas, na dívida pública interna. O governo Lula isentou os fundos institucionais estrangeiros, que aplicassem recursos em títulos públicos, do imposto de renda sobre os rendimentos. Com isso, aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevado: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% de reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna em títulos cresceu sem parar, ultrapassando R\$ 1,3 trilhão, inviabilizando o orçamento público como fonte de recursos para o Estado e para a realização de investimentos na infraestrutura e nas políticas sociais.

(3) O Informe sobre o investimento estrangeiro direto (IED), elaborado pela Cepal, diz: “*La desaceleración de la economía estadounidense, principal destino de las exportaciones de México y la cuenca del Caribe, puso en serios aprietos a algunas de las mayores industrias manufactureras de la subregión: automotriz, electrónica y de textiles y confecciones -dice el trabajo-. En los tres casos, se registraron recortes de personal, paros técnicos o cierres de plantas, que, en conjunto, han contribuido a desincentivar el IED. De estas industrias, la automotriz es la que parece enfrentar la situación más crítica y el proceso de reestructuración a nivel global más radical, aunque los efectos de este proceso en la región son aún inciertos*”.

durante os últimos cinco anos. O retrocesso da pobreza foi especialmente importante no Brasil, onde os programas sociais compensatórios permitiram uma diminuição significativa da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com uma trajetória pouco alterada da concentração de renda. As condições criadas, de retrocesso relativo da pobreza mais acentuada, se encontraram vinculadas ao desempenho econômico da conjuntura, muito mais que a mudanças de natureza estrutural na produção e na distribuição de renda. A constituição, finalmente, de uma população cuja sobrevivência depende de programas oficiais de ajuda social, não incorporados à estrutura institucional do país, se configurou como um paliativo de base instável.

Os dados da conjuntura latino-americana começaram a mudar drasticamente com a crise econômica mundial. A crise mundial possui mecanismos diretos de transmissão, vinculados à contração da demanda mundial: o comércio externo e as matérias-primas. Do ponto de vista comercial, a dependência da região em relação aos EUA e Europa, regiões que estão em recessão, é grande. Mais de 65% das exportações latino-americanas dirigem-se a essas duas regiões, com o restante indo para a Ásia e para parceiros regionais. Alguns países latino-americanos estão mais expostos; é o caso do México, cujo comércio é fortemente dependente dos EUA (que consome 80,75% de suas exportações; apenas 19,25% vão para o resto do mundo).⁽⁴⁾

E as economias continuam muito dependentes da venda de matérias-primas (que representam mais de 60% das exportações da América Latina), todos os países se veem afetados negativamente pelas baixas do petróleo, do cobre ou da soja.⁽⁵⁾ Segundo a CEPAL, os termos de troca da região cairiam 15% durante 2009. Os preços dos produtos primários despencaram com a crise, depois de uma alta especulativa das *commodities* em 2008. Em fevereiro de 2009, os preços tinham sofrido queda respeito ao pico da alta, nas proporções que seguem: petróleo -51%, alimentos -18%, arroz -50,6%, milho -47,9%, trigo -41,9%, metais -49%, cobre -37,9%. As quedas de remessas de migrantes afetam, sobretudo, México, Bolívia, Equador, quase toda a América Central e o Caribe (estas últimas, além disso, sofrem com a acentuada queda de ingressos pelo turismo, basicamente de europeus, norte-americanos e japoneses).

As contas nacionais paulatinamente se ressentem de arrecadações menores. E a situação do mercado mundial consente cada vez menos uma saída baseada num novo ciclo de endividamento. Os fluxos de remessas, aplicações e investimentos diretos estão em queda, enquanto as emissões de títulos de dívidas a serem realizadas em 2009 são dominadas pelos países da OCDE (os EUA poderão lançar mais de US\$ 2 trilhões, dentro de

(4) O México tem de suportar novas medidas protecionistas, ditadas pela administração de Barack Obama, que proibiu (devido à pressão dos sindicatos) a entrada nos EUA de caminhões mexicanos, em que pese o estabelecido pelo Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (TLCAN). A Argentina, diversamente, vende 16,5% de seus produtos ao Brasil, 9,9% ao Chile, 8% à China e 7,2% aos EUA. Brasil envia 47% de suas exportações para a União Europeia e para a China; só 11,5% vai para os EUA.

(5) A Argentina vende farinha, soja, milho e trigo. Só depois vem, na sua pauta de exportações, um produto manufaturado: automóveis de 1.5 a 3.0 de potência. O Brasil tem uma pauta semelhante: os primeiros lugares nas exportações são para os minerais ferrosos, os derivados do petróleo, a carne e as aves. E, só depois, os automóveis. O Chile vende mineral de cobre e seus derivados, depois outros metais e, finalmente, pasta química de madeira. A Colômbia baseia suas exportações em combustíveis (46% do total), café, matérias plásticas, pérolas finas e flores (é óbvio que as exportações de cocaína não são computadas oficialmente).

um total de US\$ 3 trilhões na OCDE), deixando pouco espaço para os “emergentes”.⁽⁶⁾ A dependência financeira da região é a sua grande vulnerabilidade, somada ao escasso desenvolvimento do mercado interno e à crescente fuga de capitais, vinculada aos mecanismos generalizados de “desalavancagem” e de aversão ao risco, que provocam uma fuga em direção aos ativos e países “mais seguros”, um fator de crise ligado ao setor bancário. Nos anos 1990, considerou-se que a forte internacionalização do sistema financeiro era positiva para fugir das crises: hoje se verifica o contrário.

José Serra distinguiu a crise latino-americana da “europeu-norte-americana” pelo fato de que “na América Latina em geral, assim como na Ásia, o contágio veio dos subprodutos da crise, principalmente a retração brusca das finanças e do comércio. Não houve colapso de instituições financeiras importantes. As únicas exceções mais sérias foram as perdas em derivativos no México — US\$ 4 bilhões no último trimestre de 2008 — e no Brasil — estimadas em US\$ 25 bilhões. Houve, sim, uma acentuada redução na oferta de crédito às atividades produtivas, em decorrência da perda de linhas de crédito estrangeiras”.

Chile e Peru eram mais vulneráveis à crise que o Brasil, segundo Serra, devido à sua maior dependência comercial, mas adotaram rápidos pacotes anticíclicos de grande envergadura, coisa que o Brasil, segundo o economista-governador, não fez.⁽⁷⁾ O problema do “canal de contágio” da crise, porém, é subordinado, diante de uma crise de natureza sistêmica e mundial. Serra resumiu a convicção quase geral de que a crise é e será mais “suave” na América Latina. Esse tipo de análise se esgota no aspecto conjuntural, não tocando nos problemas estruturais (históricos) da economia latino-americana, que a crise, como uma espécie de catarse, pôs em evidência.

As experiências nacionalistas recentes não viabilizaram um processo de industrialização autônomo. As nacionalizações não criaram uma burguesia nacional, nem estruturaram uma etapa de transição nesse sentido, sob hegemonia do Estado: criaram uma “boliburguesia” (chamada na Venezuela de “boligarcas”), ou o “capitalismo de amigos” da família Kirchner, através da burocracia governamental (que sangra financeiramente o Estado). Nas nacionalizações realizadas, os empresários (externos e internos) receberam fortes compensações, até maiores do valor em Bolsa de Valores de seus capitais. O uso dos recursos fiscais extraordinários para compensar os capitais nacionalizados acabou bloqueando a possibilidade de um desenvolvimento econômico independente. O capital estrangeiro, forçado a sair da esfera industrial, retornou sob a forma de capital financeiro, usando as indenizações para a compra da dívida pública.⁽⁸⁾

(6) O Instituto de Finanças Internacionais do FMI previu que a entrada de capital privado nos “mercados emergentes” cairia para 165 bilhões de dólares em 2009, uma queda forte em relação aos 466 bilhões de 2008 e ao recorde histórico de 929 bilhões de 2007, devido à saída de recursos dos mercados de dinheiro e de capitais em direção aos Bônus do Tesouro dos EUA e outros instrumentos “seguros”.

(7) Nem precisa esclarecer que a avaliação de Serra faz parte de sua campanha presidencial para 2010.

(8) Os projetos de “união latino-americana” tampouco vão muito longe, e até retrocedem. Para Eduardo Gudynas: “*La Comunidad Andina aparece fracturada por aquellos que apuestan a los tratados de libre comercio (Colombia y Perú) y los que buscan un camino alternativo (Ecuador y Bolivia). El comercio dentro de la CAN se ha mantenido en la modesta franja del 10% del total de las exportaciones (el más bajo en toda América Latina); no logra conformarse una zona de libre comercio efectiva, y*

Maurice Lemoine afirma que “os países latino-americanos fortalecem os laços entre si e com o Oriente (e) estão cada vez menos dependentes dos Estados Unidos”, o que significa substituir a análise objetiva pelo *wishful thinking*. O governo brasileiro, por exemplo, declarou poder “navegar” a crise, entre outros fatores, graças aos recordes na exportação de etanol (5,16 bilhões de litros exportados em 2008, de 24,5 bilhões produzidos) e biodiesel, que têm por destino principal os EUA. Os governos “progressistas” latino-americanos vêm batalhando, em diversos fóruns internacionais (OMC especialmente), pela abertura dos mercados dos EUA e da Europa, fortemente protegidos por barreiras tarifárias e não tarifárias, às exportações primárias da América Latina.

No Brasil, os superávits comerciais enormes pertencem ao passado; nos últimos meses, o país tem registrado déficits fiscais, e a primeira queda absoluta de arrecadação desde 2003. Os subsídios do governo somam bilhões de reais. Venezuela e Bolívia, quando favorecidas pela conjuntura favorável do mercado mundial, impulsionaram importantes campanhas de saúde e de educação (que nunca seriam feitas pelas velhas oligarquias desses países), mas não avançaram em sentar as bases econômicas da autonomia nacional, para sustentar a longo prazo os planos populares e os programas sociais. Concluíram, em grande parte, dilapidando a renda extraordinária (diferencial) da produção mineira.

A nacionalização parcial, na Bolívia, das três principais jazidas petroleiras, não só preservou os “direitos adquiridos” pelos grupos multinacionais que as detinham,⁽⁹⁾ como também fracassou em manter os investimentos previstos e aumentar a produção. A queda dos preços dos hidrocarbonetos fez entrar em crise as nacionalizações parciais, e abriu a via para uma nova etapa de concessões às multinacionais.

O ciclo de grandes arrecadações fiscais está se concluindo. As limitadas reformas fiscais, com aumento dos impostos sobre o petróleo e o gás, ofereceram uma vantagem passageira no marco de preços internacionais elevados. A crise mundial ameaça em especial o governo do Equador, cujo petróleo financia não só a economia nacional, mas também a dolarização, até agora mantida. Correa começou um recorte de importações,

hay muchas dudas sobre su capacidad para negociar como un bloque frente a la Unión Europea. En el Mercosur también existen tensiones (la más conocida entre Argentina y Uruguay, y la más reciente entre Brasil y Paraguay) el comercio entre los socios se ha mantenido alrededor del 15% de las exportaciones totales. Esta problemática se repite dentro de la Unión de Naciones de Suramérica (UNASUR) (que) es la continuación de la Comunidad Sudamericana de Naciones. No se puede plantear una “unión” entre países; si todos ellos exportan materias primas hacia los mercados globales y en la práctica no tienen políticas productivas comunes. La idea de “América Latina y el Caribe”, como espacio de integración, en los últimos años cayó a un segundo plano”. Os projetos unificadores (como o gasoduto do sul) não saem do papel. As nacionalizações realizadas, parciais, foram condicionadas favoravelmente pelo aumento dos preços do combustível, a possibilidade de distribuir a renda diferencial entre o capital externo e o Estado. Havia (até sobrava) dinheiro para satisfazer todo o mundo, mas não serviram para modernizar a exploração, consumindo o capital investido.

(9) Na nova Constituição boliviana, o artigo 8º das Disposições Transitórias diz: “*En el plazo de un año desde la elección del órgano ejecutivo y del órgano legislativo, las concesiones sobre recursos naturales, electricidad, telecomunicaciones y servicios básicos deberán adecuarse al nuevo ordenamiento jurídico. La migración de las concesiones a un nuevo régimen jurídico en ningún caso supondrá el desconocimiento de derechos adquiridos*”. Esses “direitos” beneficiam grupos como Repsol, Total, Petrobras, Shell, Enron, Vintage, British Gas, British Petroleum, Canadian Energy y Pluspetrol, que ainda hoje adquirem o gás boliviano pela metade do preço internacional. No setor mineiro, os “direitos adquiridos” são os do consórcio internacional Glencore, do magnata petroleiro suíço israelense Marc Rich, de quem *Time* disse ser “o empresário mais corrupto do planeta”. Desde 2005, Glencore recebeu grandes jazidas do governo de Carlos Mesa.

e uma moratória da dívida externa (pela primeira vez um governo da América Latina declarou o caráter ilegítimo e imoral da dívida). Mas um desconhecimento da dívida usurária e ilegítima seria incompatível com a dolarização.

Na Argentina as multinacionais estão expatriando capitais (isto é, levando-os para sua própria “pátria”), e ao mesmo tempo demitindo milhares de trabalhadores (na maioria dos casos sem indenização), exatamente as empresas que mais fizeram lucros no passado recente: bancos, montadoras de automóveis, produtoras de alimentos. O governo Kirchner recortou as indenizações trabalhistas, favorecendo a “burguesia nacional”, duas semanas antes da vitória eleitoral de Cristina Kirchner (derrotada eleitoralmente, depois, nas legislativas de junho de 2009).

Na nova Constituição boliviana, por sua vez, estabeleceu-se a preservação dos direitos adquiridos pelos grandes proprietários, ou seja, a supremacia do grande capital da soja no Oriente, e a concentração do grande capital agrário na região andina (o altiplano, ou planalto). Desse modo pactuou-se, em nome da “soberania alimentar” (baseada na produção de subsistência) e da preservação do meio ambiente, com os interesses agrários exportadores e com a produção contaminante pelo uso de agrotóxicos.⁽¹⁰⁾

São os países mais desenvolvidos da América Latina os mais afetados pela crise mundial. A “periferia emergente” do capitalismo “global” enfrenta, em 2009, enormes pagamentos externos, uma dívida principalmente contraída pelas multinacionais, que supera em muitos casos as reservas internacionais. Na Argentina, o saldo devedor da dívida conjunta, pública e privada, é de US\$ 64 bilhões para 2009; em 2008 se registrou uma saída neta de capitais de US\$ 20 bilhões: uma parte da dívida foi contraída para expatriar capitais. Não é verdade, portanto, que no ciclo econômico 2002-2007 as nações dependentes se transformaram em credoras no mercado mundial: com o aumento da dívida privada externa, mantiveram-se como devedores netos; os superávits comerciais foram a garantia financeira do endividamento privado. O capital financeiro internacional apropriou-se do excedente comercial gerado pelo aumento dos preços e dos volumes exportados. A crise mundial golpeia à América Latina devido à sua fragilidade financeira e comercial e à sua fraca estrutura industrial.

Os governos da América Latina afirmaram inicialmente que driblariam a crise com a “solidez” das reservas dos Bancos Centrais. Mas a queda das Bolsas regionais, a saída de capitais e a desvalorização das moedas deixaram sem base esses argumentos. Propostas como a da “Declaração de Caracas”, defendendo o fortalecimento da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e o Banco do Sul, novas instituições econômicas reguladas e um acordo monetário latino-americano para enfrentar a crise são crescentemente difíceis.

A ALCA era um instrumento de pressão (dos EUA) sobre a Europa e sobre as economias em transição para o capitalismo, especialmente a chinesa, opondo-lhes a América Latina como uma plataforma de exportação, mas não dava ao empresariado

(10) Tarija, Santa Cruz, Beni, Pando: os departamentos dirigidos pela direita opositora a Evo Morales, onde se situam as principais riquezas petrolíferas e de gás, pretendem ficar com a parte do leão da renda nacional dos hidrocarbonetos, descontada, não dos *royalties* das multinacionais, mas dos impostos federais (nacionais). O que sobrar, descontados esses dois itens, poderia ficar com o governo nacionalista para realizar sua política social.

latino-americano a possibilidade de abrir o mercado norte-americano à sua produção agrícola, eliminando os subsídios aos produtores do Norte. A ALCA foi morrendo em meio à crise mundial de 1997-2002 (crise asiática de 1997, crise russa e brasileira de 1999, derrubada da Bolsa de Wall Street em 2000).

Depois disso, a integração da América Latina à economia mundial escorou-se no aumento de preços das matérias-primas e no crescimento do endividamento (a penetração do capital financeiro na América Latina foi a mais alta da história). Brasil tem agora vencimentos superiores a US\$ 200 bilhões em 2009. A rodada de Doha, na qual se chegara a um acordo do Brasil com a Europa e os EUA, entrou em crise pela oposição da Índia e da Argentina. Brasil acordara com os EUA exportar etanol sem impostos desde a América Central, em troca da autorização de inversões norte-americanas na indústria dos biocombustíveis no Brasil.

Os projetos unificadores latino-americanos entraram em crise. Gasoduto do Sul, Banco do Sul e entrada de Venezuela ao Mercosul não saem do papel. A moeda comum Brasil-Argentina seria só um recurso contábil para compensar saldos de pagamentos externos. A autonomia da ALBA proposta por Chávez é desmentida pelos compromissos simultâneos de seus países com outros acordos. Acentuou-se a cooperação entre Venezuela e Colômbia, justamente quando a segunda realiza um tratado de livre-comércio com os EUA.

Brasil, por sua vez, reforçou sua aliança financeira com os EUA, em oposição às decisões argentina e chilena de nacionalizar os fundos de pensão privados. Brasil reduziu o consumo e o preço do gás boliviano. UNASUR aparece como um projeto que favorece os interesses do empresariado brasileiro para “integrar” uma indústria regional, inclusive militar, sob seu controle, e para impulsionar gastos em infraestrutura para suas empresas. Mas pôs o Brasil no limiar da ruptura diplomática com o Equador, devido às violações trabalhistas e ambientais da Odebrecht no país (o BNDES respaldou financeiramente a obra com um empréstimo de US\$ 243 milhões, que o Equador foi obrigado a quitar).

Evo Morales, por sua vez, nacionalizou o consórcio petroleiro Chaco, do qual faz parte a empresa argentina Bridas, devido à negativa daquele a aceitar os termos das nacionalizações bolivianas. As bandeiras “integracionistas” se transformam crescentemente em ficção, com conflitos regionais que se acumulam, expressando os diversos (e contraditórios) interesses empresariais de cada país.

As relações políticas do subcontinente com os EUA não sofrerão, no momento, mudanças substanciais. Logo depois da eleição de Barack Obama, o secretário de Estado de George W. Bush para América Latina (Thomas Shannon) foi, inicialmente, confirmado no cargo pelo novo governo. O “time” de Obama para a América Latina não deixou enxergar “novidade”. Seus membros principais (Dan Restrepo, Robert Gelbard, Jeffrey Davidow, Arturo Valenzuela, Vicki Huddleston) são veteranos da administração de Bill Clinton, que já se exerceram nos cargos respectivos. A reunião de Trinidad-Tobago, além de alguma aproximação com Chávez, deixou como saldo a iniciativa política de reingresso de Cuba na OEA.⁽¹¹⁾ O governo cubano recusou a iniciativa.

(11) Os EUA recriaram a IV Frota para América Latina, com sede na Flórida, que cuidará de navios em atividade na América do Sul, Central e no Caribe, hoje parte da frota do Atlântico. A esquadra existiu entre 1943 e 1950 e sua volta agora seria

O fim do bloqueio a Cuba é apresentado como o “fim da Guerra Fria na América Latina”. O apaziguamento entre EUA e Cuba, a normalização de Cuba com a UE, serviriam para estabilizar politicamente a América Latina, oferecendo o fim do isolamento de Cuba. O destino de Cuba está, agora, inserido no contexto latino-americano, e também na sua própria crise política interna, contextos que o governo de Raul Castro tenta “navegar” propondo uma espécie de “via chinesa”, com um papel central das Forças Armadas (que controlam mais de 60% da economia cubana).

A sucessão de Fidel Castro enfrenta enormes dificuldades: alta dos preços das matérias-primas agrícolas, gravidade dos desastres provocados por três ciclones consecutivos, crise econômica mundial, baixa do crescimento cubano, forte dependência das importações, fraca produtividade, dualidade monetária e hipercentralização burocrática. As margens de manobra financeira para implementar as mudanças anunciadas em 2007 com o objetivo de modernizar o aparelho produtivo são limitadas. Em 2008, as importações de alimentos e petróleo representaram US\$ 5 bilhões, o que corresponde à metade do atual potencial de exportação de Cuba, incluindo a comercialização de bens e serviços à Venezuela.

A descentralização dos circuitos agrícolas, o usufruto das terras concedido a pequenos camponeses, a “substituição de importações” apoiada na agricultura privada e a nova política de salários apontam na reativação de uma “economia de mercado”, que cria as bases para uma restauração capitalista. Os trabalhadores passaram a ser pagos de acordo com sua produtividade, com seu salário-base fixado sem consulta às grades salariais nacionais. Diversos sistemas de remuneração começam a coexistir nas empresas. Mas o contexto para desenvolver uma transição para a “economia de mercado”, como a ocorrida na Rússia e na China, mudou internacionalmente, tanto econômica como ideologicamente.

A crise econômica mundial repropôs os problemas estruturais do desenvolvimento histórico latino-americano: independência nacional, questão agrária, desenvolvimento industrial autônomo, dependência financeira, miséria social, subordinação política, unidade continental. E o fez em condições de crise política regional. Em seus desdobramentos, joga-se o futuro histórico da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABOT, Diego. La crisis en América Latina. *La Nación*, Buenos Aires, 31 maio 2009.

CARDOSO, Eliana. O Brasil e a crise. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 nov. 2008.

CARLSEN, Laura. Barack Obama e a América Latina. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, set. 2008.

uma decisão administrativa, não política, segundo o Pentágono. Isto se deu em meio a fatos como a ação da Colômbia contra as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no Equador, ou o que os EUA chamam de “corrida armamentista” patrocinada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, e a sugestão do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, de que fosse criado um Conselho Regional de Defesa na América do Sul. As embarcações dos EUA em atividade nos litorais da América Latina são, atualmente, onze, e a nova força deverá ser liderada por um porta-aviões nuclear. O objetivo seria auxiliar os EUA nas “atividades de contraterrorismo”. Seu quartel-general será na cidade de Mayport, na Flórida. Até hoje, a região estava sob controle da Segunda Frota. A América Latina não só “entrou” na crise econômica mundial, mas também na crise política internacional.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2008.

CHOMSKY, Noam. *L'Amérique Latine est hors de contrôle*. Disponível em: <<http://www.investigacion.org>>. Acesso em: abr. 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). *América Latina e a globalização*. São Paulo: Prolam/FFLCH/USP, 2004.

DEARE, Craig. La militarización en América Latina y el papel de Estados Unidos. *Foreign Affairs Latinoamérica*, México, v. 8, n. 3, 2008.

DE LA TORRE, Augusto. A crise global e a América Latina. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 nov. 2008.

GANDÁSEGUI, Marco A. Obama, crisis y América Latina. *Alai Amlatina*, 9 dez. 2008.

GUDYNAS, Eduardo. Crisis económica y crítica al desarrollo extractivista. *Alai Amlatina*, 14 jan. 2009.

_____. Urgencias y demandas de la integración regional en América Latina y el Caribe. *Alai Amlatina*, 12 dez. 2008.

GUILLÉN, Arturo. América Latina em la encrucijada de la crisis global. *América Latina en Movimiento*, 18 jun. 2009.

LEMOINE, Maurice. América Latina solta as amarras. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, nov. 2008.

LOPESA, José R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, maio/ago. 2008.

LOWENTHAL, Abraham F. Como mejorar la cooperación con las Américas. *Foreign Affairs Latinoamérica*, México, v. 8, n. 4, 2008.

MAIRA, Luis. El próximo gobierno estadounidense y la “América Latina del Sur”. *Foreign Affairs Latinoamérica*, México, v. 8, n. 4, 2008.

MANDER, Benedict. Distorções na economia venezuelana permitem ascensão de “boligarcas”. *Folha de S. Paulo/Financial Times*, 7 dez. 2008.

MARES, David R. Los temas tradicionales y la agenda latinoamericana. *Foreign Affairs Latinoamérica*, México, v. 8, n. 3, 2008.

MEIRELES, Monika. *Do endividamento externo ao novo desenvolvimentismo*. Trajetórias do capitalismo e da dependência na América Latina. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo — Prolam-USP.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREZ LLANA, Carlos. Argentina: o balanço da gestão Kirchner. *Política Externa*, São Paulo, v. 16, n. 2, set./nov. 2007.

RODRIGUEZ-LARRETA, Aureliano. Suramérica, ante el populismo y la dispersión. *Política Exterior*, Madri, v. XXII, n. 123, maio/jun. 2008.

ROMERO, Simón. Chávez quer volta de petroleiras. *O Estado de S. Paulo / The New York Times*, 16 jan. 2009.

SALAMA, Pierre. Argentine, Brésil, Mexique, face à la crise internationale. Disponível em: <www.investigacion.org>. Acesso em: mar. 2009.

SANTISO, Javier. América Latina em 2009: acabou a festa. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 jan. 2009.

SENNES, Ricardo. Las relaciones Brasil-Estados Unidos: un acuerdo tácito. *Foreign Affairs Latinoamérica*, México, v. 8, n. 4, 2008.

SERRA, José. Um visão latino-americana da crise. *O Estado de S. Paulo*, 28 jun. 2009.

SHIFTER, Michael; JOYCE, Daniel. Bolivia, Ecuador y Venezuela, refundación andina. *Política Exterior*, Madrid, v. XXII, n. 123, maio/jun. 2008.

The US-Mexican border. *The Economist*, Londres, 4 out. 2008.

TICKNER, Arlene. Colombia y Estados Unidos: una relación “especial”. *Foreign Affairs Latinoamérica*, México, v. 8, n. 4, 2008.

VIGNA, Anne. As guerras mexicanas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, nov. 2008.

WEISBROT, Mark. Obama should make a clean break with the past in Latin America. *América Latina en Movimiento*, 3 dez. 2008.